

**MEDICINA LEGAL**

**QUESTÃO 01**

Um instrumento vulnerante cuja ação se faz por pressão sobre um ponto causando uma lesão corporal é classificado como:

- A) um instrumento perfurante.
- B) um instrumento contundente.
- C) um instrumento cortante.
- D) um instrumento perfuro-cortante.
- E) um instrumento perfuro-contundente.

**QUESTÃO 02**

Um instrumento vulnerante é classificado, em Medicina Legal, basicamente:

- A) pelo seu peso.
- B) pela sua forma.
- C) pelo seu uso habitual.
- D) pela sua ação.
- E) pela sua composição.

**QUESTÃO 03**

Considera-se aborto, em Medicina Legal, a interrupção da gravidez:

- A) somente até o terceiro mês.
- B) somente até o quarto mês.
- C) somente até o quinto mês.
- D) somente até o sétimo mês.
- E) em qualquer época da gestação.

**QUESTÃO 04**

Um projétil de arma de fogo que tangencia o corpo da vítima arrancando a epiderme caracteriza a ação de um instrumento:

- A) perfurante.
- B) cortante.
- C) contundente.
- D) perfuro-cortante.
- E) perfuro-contundente.

**QUESTÃO 05**

A sufocação direta e a sufocação indireta são asfixias geralmente associadas:

- A) no confinamento.
- B) no soterramento.
- C) no afogamento.
- D) no estrangulamento.
- E) no enforcamento.

**QUESTÃO 06**

Sabendo-se que estatisticamente 22% das mulheres em nosso meio têm hímen complacente, o diagnóstico deste tipo de hímen é feito quando se encontra:

- A) Óstio amplo e orla exígua, elástica.
- B) Óstio exíguo e orla ampla, elástica.
- C) Óstio e orla amplos, sendo a orla elástica.
- D) Óstio e orla exíguos, sendo a orla elástica.
- E) Ausência de orla e de óstio.

**QUESTÃO 07**

A primeira manifestação do início da putrefação de um cadáver é:

- A) formação da mancha de hipóstase.
- B) rigidez cadavérica completa.
- C) enfisema putrefativo.
- D) circulação póstuma de Brouardel.
- E) mancha verde abdominal.

**QUESTÃO 08**

Em habitantes de locais acima do nível do mar, o organismo humano se adapta à rarefação do ar atmosférico e a diminuição do percentual de oxigênio por um processo denominado aclimação que consiste em:

- A) aumento da frequência respiratória e da frequência cardíaca.
- B) aumento da dilatação torácica e da expansão pulmonar.
- C) diminuição do metabolismo.
- D) diminuição da necessidade de oxigênio pelos tecidos.
- E) aumento do número de hemácias no sangue.

**QUESTÃO 09**

A exposição a um som contínuo de 85 decibéis por mais de oito horas nas 24 horas poderá causar surdez por provocar:

- A) perda da elasticidade das membranas dos tímpanos.
- B) ruptura das membranas dos tímpanos.
- C) lesão das células auditivas.
- D) lesão dos nervos acústicos ou auditivos.
- E) labirintite.

**QUESTÃO 10**

O nome clássico de “carúnculas mirtiformes” é dado:

- A) à cicatrização retrátil das queimaduras.
- B) à cicatrização retrátil do hímen em pequenos nódulos após o parto normal.
- C) à cicatrização da ruptura do hímen por cópula.
- D) à cicatrização de pequenos ferimentos.
- E) quando há formação de bridas e quelóides em um ferimento.

PORTUGUÊS

TEXTO 1

O processo de redemocratização do Brasil, a partir da década de 80, vem provocando nas instituições públicas, em especial nas corporações policiais, transformações decorrentes do questionamento da sociedade brasileira sobre a real função pública que devem assumir diante do Estado Democrático de Direito. No início dos anos 90, as corporações policiais, cujas práticas históricas foram enrijecidas pelo período ditatorial, começaram um processo de rompimento do modelo histórico do sistema policial, em decorrência das transformações em andamento na sociedade brasileira, em especial o crescimento das práticas democráticas e o fortalecimento da cidadania.

O descompasso entre as mudanças sociais e políticas e a prática policial produz uma crise nas polícias brasileiras, que não é uma crise de dentro da corporação para fora, mas sim o inverso, da relação sociedade-Estado. Na verdade, há uma reação da sociedade brasileira que indica a necessária mudança no modelo atual, em que a Justiça é morosa, o sistema prisional é desumano e inócuo e a polícia atual é enfraquecida, fracionada, autoritária e afastada das comunidades, despreparada e obsoleta na sua estrutura, não conseguindo responder às exigências impostas pelo contexto social atual. Mas é possível ter uma polícia diferente numa sociedade democrática? (...)

No modelo tradicional, a força tem sido o primeiro e quase único instrumento de intervenção, sendo usada frequentemente de forma não profissional, desqualificada e inconseqüente, não poucas vezes à margem da legalidade. É possível ter um outro modelo de polícia, desde que passe a centrar sua função na garantia e efetivação dos direitos fundamentais dos cidadãos e na interação com a comunidade, estabelecendo a mediação e a negociação como instrumento principal; uma polícia altamente preparada para a eventual utilização da força e para a decisão de usá-la. Tudo isso tendo como base políticas públicas que privilegiem investimentos na qualificação, na modernização e nas mudanças estruturais e culturais adequadas.

No momento em que começa a existir essa transformação política e social e a compreensão da sociedade como um ambiente conflitivo, no qual os problemas da violência e da criminalidade são complexos, a polícia passa a ser demandada para garantir não mais uma ordem pública determinada, mas sim os direitos, como está colocado na Constituição de 88. Neste novo contexto, a ordem pública passa a ser definida também no cotidiano, exigindo uma atuação estatal mediadora dos conflitos e interesses difusos e, muitas vezes, confusos. Por isso, a democracia exige justamente uma função policial protetora de direitos dos cidadãos em um ambiente de conflitos. (...)

Porém essa polícia cidadã, sintonizada e apoiada pelos anseios da comunidade, só terá sucesso se estiver voltada para a recuperação de quem ela prende, pois, caso contrário, será simplesmente uma polícia formadora de bandido, quer dizer, ela vai recrutar bandido e vai marginalizar ainda mais. É necessário incluir, nesta análise, todo o sistema de persecução penal e de política social. Esta é a tarefa que precisa ser desenvolvida.

BENGOCHEA, JORGE LUIZ P. et al. *A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã*. In: **São Paulo em perspectiva**, 18(1): 119-131, 2004. Excerto adaptado.

QUESTÃO 11

Assinale a alternativa em que se apresenta a síntese do conteúdo global do Texto 1.

- A) As divergências entre as mudanças sociais e políticas ocorridas no Brasil e a prática policial vigente são responsáveis por uma enorme crise nas polícias brasileiras, que se configura como uma crise da relação sociedade-Estado.
- B) A atual Justiça é morosa, o sistema prisional é desumano e inócuo e o modelo de polícia que temos se encontra enfraquecido, fracionado e distante das comunidades, além de ter uma estrutura despreparada e obsoleta.
- C) A Constituição de 1988 assegura aos cidadãos brasileiros uma polícia que compreenda a sociedade como um ambiente conflitivo, no qual os problemas da violência e da criminalidade são bastante complexos.
- D) As mudanças sociais e políticas da sociedade brasileira têm requerido um novo modelo policial, cuja principal missão não é a garantia de uma ordem pública determinada, mas, antes, dos direitos dos cidadãos.
- E) A polícia cidadã deve estar sintonizada e apoiada pelos anseios da comunidade, e sua função primordial deve ser a de recuperar e formar os criminosos, garantindo-lhes todos os direitos assegurados aos cidadãos pela Constituição de 88.

**QUESTÃO 12**

O principal argumento apresentado pelo autor do Texto 1 em defesa de uma nova polícia é o de que:

- A) ela é exigida pelas transformações que estão em andamento na sociedade brasileira, as quais redundam no crescimento das práticas democráticas e no fortalecimento da cidadania.
- B) ela é um dos maiores anseios da comunidade em geral, que vem lutando há bastante tempo por uma polícia que tenha como principal objetivo o de recuperar e profissionalizar o bandido.
- C) ela se configura como uma saída viável para que a força passe a ser um instrumento usado de forma profissional, qualificada e dentro da legalidade, diferentemente do modelo tradicional.
- D) somente ela conseguiria funcionar no atual modelo de Justiça, que é extremamente morosa, com um sistema prisional desumano e inócuo e com uma polícia autoritária e despreparada.
- E) os problemas da violência e da criminalidade têm-se agravado, gerando uma sociedade extremamente conflitiva, na qual urge a atuação de uma polícia para garantir a ordem pública.

**QUESTÃO 13**

Analise as idéias apresentadas a seguir.

- 1. De uns tempos para cá, a própria sociedade brasileira tem questionado acerca do verdadeiro papel das corporações policiais.
- 2. O modelo tradicional de polícia tem protegido os direitos fundamentais dos cidadãos e já estabeleceu a mediação e a negociação como seus principais instrumentos.
- 3. O contexto social da atualidade requer uma atuação estatal mediadora de conflitos e interesses sociais difusos e, muitas vezes, confusos.
- 4. O período ditatorial que vivenciamos no Brasil foi responsável pelo fortalecimento de práticas policiais típicas de um modelo que, atualmente, queremos ver superado.

São idéias condizentes com o Texto 1 apenas:

- A) 2 e 4.
- B) 1 e 3.
- C) 1, 3 e 4.
- D) 2, 3 e 4.
- E) 1, 2 e 3.

**QUESTÃO 14**

O Texto 1 tem como principal função a de:

- A) narrar uma série de fatos que justificam uma tomada de posição por parte do autor.
- B) apresentar argumentos em defesa de um determinado ponto de vista do autor.
- C) explicar ao leitor os detalhes de uma nova corrente teórica da qual o autor discorda.
- D) conclamar os leitores a adotarem uma nova e revolucionária postura frente a um fato.
- E) expor uma série de princípios e orientações que devem ser seguidos pela população.

**QUESTÃO 15**

De acordo com o Texto 1, uma ‘polícia cidadã’ caracteriza-se como uma polícia que:

- 1. exclui totalmente a força como instrumento de trabalho.
- 2. deve preocupar-se com a recuperação dos criminosos.
- 3. usa a mediação e a negociação como instrumentos mais importantes.
- 4. interage com a comunidade em que atua.

Estão corretas:

- A) 1, 2, 3 e 4.
- B) 1 e 3, apenas.
- C) 1 e 2, apenas.
- D) 3 e 4, apenas.
- E) 2, 3 e 4, apenas.

**QUESTÃO 16**

“É possível ter um outro modelo de polícia, desde que passe a centrar sua função na garantia e efetivação dos direitos fundamentais dos cidadãos.” Nesse trecho, podemos reconhecer uma relação semântica de:

- A) causa.
- B) proporção.
- C) condição.
- D) tempo.
- E) finalidade.

QUESTÃO 17

A análise das relações lógico-semânticas presentes no Texto 1 nos permite afirmar que:

1. No trecho: “O descompasso entre as mudanças sociais e políticas e a prática policial produz uma crise nas polícias brasileiras” podemos reconhecer uma relação de causa.
2. No trecho: “a polícia passa a ser demandada para garantir não mais uma ordem pública determinada, mas sim os direitos, como está colocado na Constituição de 88.”, podemos identificar uma relação de finalidade.
3. No trecho: “Porém essa polícia cidadã, sintonizada e apoiada pelos anseios da comunidade, só terá sucesso se estiver voltada para a recuperação de quem ela prende, pois, caso contrário, será simplesmente uma polícia formadora de bandido”, o termo destacado torna explícita uma relação de causa.
4. No trecho: “No momento em que começa a existir essa transformação política e social e a compreensão da sociedade como um ambiente conflitivo, no qual os problemas da violência e da criminalidade são complexos, a polícia passa a ser demandada...”, podemos reconhecer uma relação de tempo.

Estão corretas:

- A) 1, 2 e 3, apenas.
- B) 2, 3 e 4, apenas.
- C) 3 e 4, apenas.
- D) 1, 2 e 4, apenas.
- E) 1, 2, 3 e 4.

QUESTÃO 18

“a polícia atual é enfraquecida, fracionada, autoritária e afastada das comunidades, despreparada e obsoleta na sua estrutura” (2º §). No contexto em que se insere, o termo sublinhado tem o mesmo sentido de:

- A) carente.
- B) desprovida.
- C) arcaica.
- D) desigual.
- E) inoperante.

QUESTÃO 19

“O processo de redemocratização do Brasil, a partir da década de 80, vem provocando nas instituições públicas, em especial nas corporações policiais, transformações decorrentes do questionamento da sociedade brasileira sobre a real função pública que devem assumir diante do Estado Democrático de Direito.” Assinale a alternativa na qual a mudança de posição do segmento sublinhado alterou o sentido desse enunciado.

- A) A partir da década de 80, o processo de redemocratização do Brasil vem provocando nas instituições públicas, em especial nas corporações policiais, transformações decorrentes do questionamento da sociedade brasileira sobre a real função pública que devem assumir diante do Estado Democrático de Direito.
- B) O processo de redemocratização do Brasil vem provocando, a partir da década de 80, nas instituições públicas, em especial nas corporações policiais, transformações decorrentes do questionamento da sociedade brasileira sobre a real função pública que devem assumir diante do Estado Democrático de Direito.
- C) O processo de redemocratização do Brasil vem provocando nas instituições públicas, em especial nas corporações policiais, a partir da década de 80, transformações decorrentes do questionamento da sociedade brasileira sobre a real função pública que devem assumir diante do Estado Democrático de Direito.
- D) O processo de redemocratização do Brasil vem provocando nas instituições públicas, em especial nas corporações policiais, transformações decorrentes do questionamento da sociedade brasileira sobre a real função pública que devem assumir, a partir da década de 80, diante do Estado Democrático de Direito.
- E) O processo de redemocratização do Brasil vem, a partir da década de 80, provocando, nas instituições públicas, em especial nas corporações policiais, transformações decorrentes do questionamento da sociedade brasileira sobre a real função pública que devem assumir diante do Estado Democrático de Direito.

QUESTÃO 20

A partir das informações do Texto 1, a ‘polícia cidadã’ pode ser qualificada pelos seguintes adjetivos:

- A) capacitada e inconseqüente.
- B) mediadora e qualificada.
- C) autoritária e preparada.
- D) profissional e repressora.
- E) protetora e segregativa.

**QUESTÃO 21**

“e a polícia atual é enfraquecida, fracionada, autoritária e afastada das comunidades, despreparada e obsoleta na sua estrutura, não conseguindo responder às exigências impostas pelo contexto social atual.” O sinal indicativo de crase estaria igualmente correto se o trecho destacado fosse substituído por:

- A) não conseguindo ver às necessidades oriundas do contexto social atual.
- B) não conseguindo compreender às solicitações feitas pelo contexto social atual.
- C) não conseguindo obedecer às regras exigidas pelo contexto social atual.
- D) não conseguindo sanar às falhas geradas pelo contexto social atual.
- E) não conseguindo superar às dificuldades colocadas pelo contexto social atual.

**QUESTÃO 22**

As regras da concordância verbal foram plenamente seguidas em:

- A) Efetivamente, falta, à polícia atual, instrumentos eficazes de trabalho.
- B) Já faz mais de trinta anos que a sociedade sonha com mudanças no sistema policial.
- C) O processo de mudanças nas corporações policiais exigem cautela da sociedade.
- D) Cada um de nós precisamos ter consciência de nossos direitos, garantidos na Constituição.
- E) Na década de 80, não haviam condições sociais favoráveis às mudanças na polícia.

**TEXTO 2**

**Medo de polícia**

O cultivo e a implementação de medidas de respeito à lei dependem muito de uma cooperação entre os cidadãos e a polícia. Na verdade, a eficiência do trabalho da polícia está intimamente ligada ao bom relacionamento entre cidadãos e policiais. Os estudiosos da sociologia criminal chamam essa interação da "co-produção dos serviços policiais", querendo com isso chamar a atenção para a relação simbiótica que existe entre polícia e público.

Essa interdependência pode ser melhor entendida quando se examinam alguns dados. Em quase todos os países, a grande maioria das intervenções policiais ocorre por chamadas das pessoas. Assim, cidadãos e policiais estão do mesmo lado. Um vê o outro como elemento de apoio. Os policiais dependem da iniciativa das pessoas e estas dependem da proteção dos policiais.

Nas grandes cidades americanas, a polícia é avaliada de forma muito positiva. Em Chicago, por exemplo, 70% dos cidadãos acham que a polícia local faz um "bom" trabalho. O mesmo acontece na Inglaterra. Em Londres, 90% dos ingleses acham que os policiais realizam um trabalho "muito bom". (...) Nos dias 3 e 4 de abril de 1997, o IBOPE realizou o mesmo tipo de pesquisa no Brasil. Os resultados foram assustadores. Cerca de 70% dos brasileiros disseram não confiar "nenhum pouco" na polícia. A maioria acha que a qualidade dos serviços da polícia piorou ultimamente e 92% disseram ter medo que policiais possam fazer mal a algum de seus parentes!

É muito pouco provável que comunidade e polícia possam se ajudar num ambiente desse tipo. Nem pensar na tal "co-produção" dos serviços policiais. O brasileiro tem medo da polícia. O pobre porque acha que vai apanhar. O rico porque tem certeza que vai ser achacado. A classe média porque não sabe em que categoria vai cair. Sem a confiança do povo, a polícia pouco pode fazer. (...)

PASTORE, José. **O Jornal da Tarde**, 05/04/1997.  
Adaptado.

**QUESTÃO 23**

Segundo o Texto 2, a “co-produção dos serviços policiais” significa:

- A) o respeito às leis por parte da população.
- B) a avaliação positiva que a população faz da polícia.
- C) a confiança que o brasileiro deve ter na sua polícia.
- D) a prestação de serviços eficientes por parte da polícia.
- E) a colaboração mútua entre população e polícia.

**QUESTÃO 24**

Analise as relações de sentido dadas a seguir.

1. 'relação simbiótica' é o mesmo que 'relacionamento amigável'.
2. 'estar intimamente ligada' corresponde a 'estar estreitamente relacionada'.
3. 'muito pouco provável' equivale a 'com probabilidade remota'.
4. 'ser achacado' significa 'ser molestado'.

Estão corretas:

- A) 1, 2, 3 e 4.
- B) 2 e 3, apenas.
- C) 1 e 3, apenas.
- D) 1 e 2, apenas.
- E) 2, 3 e 4, apenas.

**QUESTÃO 25**

Assinale a alternativa correta, no que se refere às regras da regência verbal e nominal.

- A) A desconfiança na atuação da polícia é uma realidade no Brasil atual.
- B) A maneira como atuam nossos policiais não favorece em boa opinião acerca deles.
- C) A polícia na qual a população anseia está mais perto do que imaginamos.
- D) Atualmente, a polícia com a qual temos medo não nos protege mais.
- E) A proteção em que todos nós carecemos não é garantida pela polícia.

**QUESTÃO 26**

“Sem a confiança do povo, a polícia pouco pode fazer.” Essa afirmação está parafraseada em:

- A) Com a confiança do povo, a polícia será capaz de fazer pouco.
- B) Mesmo que o povo confie na polícia, ela pouco pode fazer.
- C) A confiança do povo é fundamental para que a polícia pouco possa fazer.
- D) A polícia pouco pode fazer se não tiver a confiança do povo.
- E) A polícia pode fazer muito pela confiança do povo.

**QUESTÃO 27**

“O brasileiro tem medo da polícia. O pobre porque acha que vai apanhar. O rico porque tem certeza que vai ser achacado. A classe média porque não sabe em que categoria vai cair.” Para o sentido pretendido nesse trecho, assinale a alternativa na qual a pontuação estaria incorreta.

- A) O brasileiro tem medo da polícia: o pobre porque acha que vai apanhar; o rico porque tem certeza que vai ser achacado; a classe média porque não sabe em que categoria vai cair.
- B) O brasileiro tem medo da polícia: o pobre porque acha que vai apanhar, o rico porque tem certeza que vai ser achacado, a classe média porque não sabe em que categoria vai cair.
- C) O brasileiro tem medo da polícia. O pobre porque acha que vai apanhar, o rico porque tem certeza que vai ser achacado, a classe média porque não sabe em que categoria vai cair.
- D) O brasileiro, tem medo da polícia; o pobre, porque acha que vai apanhar. O rico, porque tem certeza que vai ser achacado; a classe média, porque não sabe em que categoria vai cair.
- E) O brasileiro tem medo da polícia. O pobre porque acha que vai apanhar; o rico porque tem certeza que vai ser achacado; a classe média porque não sabe em que categoria vai cair.

**QUESTÃO 28**

Assinale a alternativa em que todas as palavras estão grafadas corretamente.

- A) O menospreso pela polícia é algo que precisa ser revertido na sociedade brasileira.
- B) Extorção e corrupção devem ser crimes dos quais nossa polícia passa longe.
- C) Embora haja policiais corruptos, as exceções existem, e devem ser valorizadas.
- D) Todos temos direito de reivindicar mais proteção por parte de nossa polícia.
- E) A polícia americana não se constitui na mais eficiente que conhecemos.

**TEXTO 3**

Polícia

Dizem que ela existe pra ajudar  
Dizem que ela existe pra proteger  
Eu sei que ela pode te parar  
Eu sei que ela pode te prender

Polícia! Para quem precisa?  
Polícia! Para quem precisa de polícia?

Dizem pra você obedecer  
Dizem pra você responder  
Dizem pra você cooperar  
Dizem pra você respeitar

Polícia! Para quem precisa?  
Polícia! Para quem precisa de polícia?

Titãs/Tony Belloto (compositor).

**QUESTÃO 29**

A comparação entre os Textos 1, 2 e 3 nos permite afirmar que:

- A) Em todos eles, aborda-se um tema geral comum, embora com diferentes perspectivas.
- B) Eles têm em comum a opção por uma linguagem técnica, própria dos gêneros selecionados.
- C) Apenas o Texto 2 é narrativo, enquanto os Textos 1 e 3 são dissertativos.
- D) As características próprias da dissertação estão presentes em todos eles.
- E) O Texto 1 se diferencia dos demais por apresentar um vocabulário erudito e formal.

**QUESTÃO 30**

No Texto 3, a opção pelas formas: “Dizem que...” e “Dizem...” indica que:

- A) o autor desconhece quem é responsável pelo dito.
- B) o autor prefere manter a autoria no anonimato.
- C) o conteúdo dito é de autoria coletiva.
- D) o conteúdo dito é de autoria determinada.
- E) o conteúdo dito é censurado.

**RACIOCÍNIO LÓGICO**

**QUESTÃO 31**

Sabe-se que algum B não é A e que algum C é A. Podemos afirmar com certeza que:

- A) Algum A não é B.
- B) Algum A não é C.
- C) Nenhum B é C.
- D) Algum B é C.
- E) Algum A é C.

**QUESTÃO 32**

Em uma cidade há apenas três jornais: X, Y e Z. Uma pesquisa de mercado sobre a preferência de leitura da população da cidade revelou que:

150 lêem o jornal X.	10 lêem os três jornais.
170 lêem o jornal Y.	40 lêem os jornais X e Y.
210 lêem o jornal Z.	30 lêem os jornais X e Z.
90 não lêem jornal algum.	50 lêem os jornais Y e Z.

Quantas pessoas foram entrevistadas?

- A) 510
- B) 320
- C) 420
- D) 400
- E) 500

**QUESTÃO 33**

Cleyton têm três filhos: Felipe, João e Gerson. Um deles torce pelo Santa Cruz, o outro pelo Náutico e o terceiro pelo Sport. Sabe-se que: 1) João torce pelo Náutico ou Gerson torce pelo Náutico; 2) Felipe torce pelo Santa Cruz ou Gerson torce pelo Santa Cruz; 3) Felipe torce pelo Náutico ou João torce pelo Sport, mas não ocorrem as duas opções simultaneamente; 4) Gerson torce pelo Sport ou João torce pelo Sport. Os times de Felipe, João e Gerson são, respectivamente:

- A) Sport, Santa Cruz e Náutico.
- B) Santa Cruz, Náutico e Sport.
- C) Santa Cruz, Sport e Náutico.
- D) Náutico, Santa Cruz e Sport.
- E) Sport, Náutico e Santa Cruz.

**QUESTÃO 34**

Se Izabel está em casa, então nem Lucas estuda nem Serginho ouve música. Se Serginho não ouve música, então Érico não vai ao concerto. Se Érico não vai ao concerto, então ele fica triste. Érico não está triste. Logo:

- A) Izabel não está em casa e Érico foi ao concerto.
- B) Izabel está em casa e Serginho ouve música.
- C) Érico não foi ao concerto e Serginho não ouve música.
- D) Izabel não está em casa e Serginho não ouve música.
- E) Serginho não ouve música e Érico foi ao concerto.

**QUESTÃO 35**

A sentença “*penso, logo existo*” é logicamente equivalente a:

- A) Penso e existo.
- B) Nem penso, nem existo.
- C) Não penso ou existo.
- D) Penso ou não existo.
- E) Existo, logo penso.

**NOÇÕES DE INFORMÁTICA**

**QUESTÃO 36**

Acerca do Sistema Operacional Windows XP, considere as afirmativas que se seguem:

1. Dentre inúmeros recursos do Windows XP, o “Assistente para a limpeza da área de trabalho” sugere a remoção periódica de atalhos que não são recentemente usados.
2. Um usuário inicia uma instalação de uma aplicação, a qual verifica que versão do Windows está sendo executada e acaba não reconhecendo o Windows XP. Isso sempre resultará em uma mensagem de erro proveniente da aplicação como, por exemplo: “Esta aplicação foi projetada para ser executada no Windows 98”. O modo de compatibilidade no Windows XP pode lidar com essa situação, informando à aplicação que ela está sendo executada no Windows 98 (ou qualquer outra versão que a aplicação exija).
3. O ClearType é uma tecnologia nova, implementada a partir do desenvolvimento do Windows 2000, e que permite que as letras tenham uma melhor resolução na tela do monitor, facilitando portanto a sua leitura.
4. “Suavização de fontes” é um novo recurso do Windows XP que possibilita a criação de novas fontes para serem usadas em editores de textos e planilhas.

Assinale a alternativa **correta**.

- A) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- B) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- C) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- D) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- E) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.

**QUESTÃO 37**

No que se refere à **memória RAM do computador**, pode-se afirmar que:

- A) Uma maior quantidade de memória não afeta a velocidade de processamento do computador, mas aumenta a capacidade de armazenamento de informação.
- B) A informação fica gravada na memória RAM mesmo quando o computador está desligado.
- C) A velocidade de processamento do computador independe da memória RAM. A velocidade depende apenas do relógio (*clock*) da unidade central de processamento (UCP ou *CPU*).
- D) A memória RAM e o disco rígido são de mesma tecnologia, ou seja, são magnéticos e o sistema de acionamento é eletromecânico.
- E) Uma maior quantidade de memória RAM tende a aumentar a velocidade de processamento do computador.

**QUESTÃO 38**

Em relação aos novos recursos incorporados ao Word 2003, considere as seguintes afirmativas:

1. No menu Arquivo / Permissão o usuário pode escolher o nível de acesso para o seu arquivo, evitando, assim, que pessoas não autorizadas tenham acesso.
2. Para localizar arquivos no disco rígido sem sair do aplicativo, a opção Pesquisar Arquivo, do menu Arquivo, permite ao usuário a consulta.
3. No momento de digitar um documento em outro idioma é comum surgir uma dúvida quanto à palavra necessária (Como se escreve, ou seu real significado). Através do menu Ferramentas / Idioma, o usuário pode escolher a opção Pesquisar e clicar sobre a opção Tradução.
4. A partir de Painéis de Tarefas e do menu Ajuda, é possível acessar a Assistência *on line* do Microsoft Office.

Assinale a alternativa **correta**.

- A) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- B) Somente a afirmativa 4 é verdadeira.
- C) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- D) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- E) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.



**QUESTÃO 39**

Ao excluir um arquivo no Windows XP, em sua configuração padrão, o arquivo é enviado para a Lixeira. Com relação ao funcionamento da lixeira, temos as seguintes afirmações:

1. Itens enviados para a lixeira deixam de ocupar espaço no disco rígido.
2. Uma lixeira é alocada para cada partição ou disco rígido existente no computador.
3. Ao excluir arquivos de um disquete, eles não serão enviados para a lixeira, sendo excluídos permanentemente.

Assinale a alternativa correta.

- A) Todas as afirmações estão corretas.
- B) Apenas as afirmações 1 e 2 estão corretas.
- C) Apenas a afirmação 3 está correta.
- D) Apenas a afirmação 1 está correta.
- E) Apenas as afirmações 2 e 3 estão corretas.

**QUESTÃO 40**

Acerca do Microsoft Word 2003, analise as seguintes afirmações:

1. Para preenchimento do cabeçalho ou do rodapé de um documento, é disponibilizada a opção de inserir AutoTextos.
2. A opção de menu Ferramentas / Controlar Alterações é utilizada para garantir que o arquivo não seja modificado por pessoas não autorizadas.
3. A partir da opção de menu Inserir / Imagem, é possível inserir em um documento imagens do clip-art e de arquivos, mas não direto de uma câmera digital conectada ao computador.
4. A opção de menu Editar / Colar Especial permite colar no documento o conteúdo da área de transferência em diferentes formatos, como HTML e RTF, mas não permite colar o texto sem formatação.

Assinale a alternativa correta.

- A) Apenas as afirmações 1 e 4 estão corretas.
- B) Apenas as afirmações 3 e 4 estão corretas.
- C) Apenas a afirmação 1 está correta.
- D) Apenas a afirmação 4 está correta.
- E) Apenas as afirmações 2 e 3 estão corretas.

RAASCUNHO

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**QUESTÃO 41**

Sobre o conceito de Constituição, é **correto** afirmar que:

- A) os chamados “fatores reais de poder” caracterizam o sentido político do termo Constituição, na teoria de Carl Schmitt.
- B) uma Constituição dogmática é sempre uma Constituição escrita.
- C) Constituição semi-rígida é a que tem uma parte alterável, pelo Poder de Reforma, e outra parte imutável.
- D) para Hans Kelsen, apesar de um caracterizar-se por um *dever-ser*, a Constituição exige uma fundamentação sociológica, política ou filosófica.
- E) a Constituição formal é o conjunto de normas, escritas ou não, que estabelecem a estrutura do Estado e os direitos fundamentais.

**QUESTÃO 42**

Quanto ao Poder Constituinte, é **correto** afirmar que:

- A) o Poder Constituinte originário respeitará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
- B) o seu titular será o representante do povo ou o grupo revolucionário que ascende ao poder.
- C) chama-se Poder Constituinte decorrente o poder, estabelecido pelo próprio texto constitucional, de reformar a Constituição.
- D) há limitações explícitas e implícitas ao poder de reformar a Constituição.
- E) a distinção entre poder constituinte e poder constituído é obra da teoria clássica grega sobre a Constituição política.

**QUESTÃO 43**

Sobre as normas constitucionais, é **correto** afirmar que:

- A) a teoria clássica da aplicabilidade das normas constitucionais as dividia em normas aplicáveis e não aplicáveis.
- B) as normas infraconstitucionais, anteriores a uma nova Constituição e com ela incompatíveis, são consideradas, a partir de sua promulgação, inconstitucionais.
- C) são de eficácia plena, na classificação de José Afonso da Silva, as normas com aplicabilidade imediata e integral, porém passíveis de restrição pelo legislador infraconstitucional.
- D) as normas declaratórias de princípio programático, que caracterizam as Constituições sociais, têm eficácia contida, na classificação de José Afonso da Silva.
- E) uma norma infraconstitucional, elaborada segundo o processo legislativo previsto na Constituição vigente à época, não é considerada inconstitucional ou revogada quando promulgada uma nova Constituição que exige, para a elaboração de normas sobre aquela matéria, procedimentos mais rigorosos.

**QUESTÃO 44**

Sobre o controle de constitucionalidade, é **correto** afirmar que:

- A) a primeira experiência de controle jurisdicional da constitucionalidade das leis é a austríaca, de 1920.
- B) o sistema francês de controle de constitucionalidade das leis é jurisdicional e preventivo.
- C) os norte-americanos adotam um sistema de controle incidental da constitucionalidade das leis.
- D) tanto no sistema austríaco como no sistema francês de controle de constitucionalidade das leis, a inconstitucionalidade só pode ser declarada pelo Tribunal Constitucional.
- E) nosso sistema de controle da constitucionalidade das leis é diretamente influenciado pelos sistemas norte-americano e inglês.

**QUESTÃO 45**

O Supremo Tribunal Federal entende que, no controle da constitucionalidade das leis:

- A) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil precisa demonstrar pertinência temática para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- B) cabe Ação Direta de Inconstitucionalidade de qualquer lei editada pelo Distrito Federal.
- C) a súmula, por não apresentar características de ato normativo, não está sujeita ao controle concentrado.
- D) apenas o legitimado que propôs a Ação Direta de Inconstitucionalidade pode dela desistir.
- E) considera-se ausente o interesse processual, ou de agir, em Ação Direta de Inconstitucionalidade de Emenda Constitucional que só foi publicada, oficialmente, no curso do processo, mesmo que antes da sentença.

**QUESTÃO 46**

Ainda sobre o controle de constitucionalidade das leis, é possível dizer que:

- A) não pode o Tribunal de Justiça do Estado julgar arguição de constitucionalidade, em abstrato, em face da Constituição do Estado, quando o dispositivo repete dispositivo da Constituição Federal.
- B) o Advogado-Geral da União apenas defende, na Ação Direta de Inconstitucionalidade, atos normativos federais.
- C) partido político com representação no Congresso Nacional tem que demonstrar pertinência temática para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- D) declarada inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade, o Senado será comunicado para, na forma do art. 52, X, da Constituição, suspender no todo ou em parte a norma.
- E) não cabe Ação Direta de Inconstitucionalidade de decreto incompatível com a Constituição, quando este foi editado a título de regulamentar lei compatível com a Constituição.

**QUESTÃO 47**

Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, o Supremo Tribunal Federal entende que:

- A) gravação de conversa entre dois interlocutores, feita por um deles, sem conhecimento do outro, com a finalidade de documentá-la, futuramente, em caso de negativa, nada tem de ilícita, principalmente quando constitui exercício de defesa.
- B) os direitos e garantias individuais têm caráter absoluto.
- C) para os fins da proteção jurídica a que se refere o art. 5º, XI, da Constituição da República, o conceito normativo de 'casa' deve ser interpretado restritivamente, não compreendendo escritórios profissionais.
- D) é possível a quebra de sigilo por Comissão Parlamentar de Inquérito, não sendo exigida, para isso, fundamentação específica.
- E) a Constituição autoriza, implicitamente, ao Ministério Público a proceder à quebra do sigilo bancário.

**QUESTÃO 48**

O Supremo Tribunal Federal entende que, na Federação brasileira:

- A) não cabe ao Município editar legislação própria com objetivo de determinar, às instituições financeiras, que instalem, em suas agências, equipamentos destinados a proporcionar segurança (tais como portas eletrônicas e câmaras filmadoras) ou a propiciar conforto, como, por exemplo, oferecimento de instalações sanitárias, por invadir competência privativa da União.
- B) compete ao Estado ou ao Distrito Federal legislar sobre cobrança de preço de estacionamento de veículos em áreas pertencentes a instituições particulares de ensino fundamental, médio e superior.
- C) está implícito no poder privativo da União de legislar sobre direito do trabalho o de decretar feriados civis, mediante lei federal ordinária, por envolver tal iniciativa conseqüências nas relações empregatícias e salariais.
- D) compete privativamente ao Distrito Federal legislar sobre vencimentos dos membros das suas polícias civil e militar.
- E) a intervenção da União nos Estados só será decretada após decisão, pelo Supremo Tribunal Federal, em Ação Direta de Inconstitucionalidade interventiva.

**QUESTÃO 49**

A Constituição, na distribuição de competências, fixa que:

- A) compete privativamente à União legislar sobre a criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas.
- B) compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte.
- C) compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial.
- D) compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre registros públicos.
- E) compete privativamente à União legislar sobre direito econômico.

**QUESTÃO 50**

Quanto ao Processo Legislativo, é correto afirmar que:

- A) a Constituição de 1988 admite a iniciativa parlamentar na instauração do processo legislativo em tema de direito tributário.
- B) não será objeto de deliberação Emenda à Constituição tendente a abolir o sistema presidencialista de governo.
- C) a rejeição da Medida Provisória pelo Congresso Nacional desconstitui *ex nunc* sua eficácia jurídica.
- D) uma possível inconstitucionalidade formal, em face do vício de iniciativa de Lei, de origem parlamentar, é convalidada pela sanção do Chefe do Poder Executivo.
- E) projeto de lei sobre organização judiciária não pode sofrer emendas parlamentares.

**QUESTÃO 51**

Quanto ao Poder Executivo é correto afirmar que:

- A) substituem e sucedem o Presidente da República, sucessivamente, o Vice-Presidente da República, o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado Federal e o Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- B) cabe ao Conselho da República pronunciar-se sobre crimes de responsabilidade cometidos pelo Presidente da República.
- C) o Presidente da República responde, por quaisquer crimes comuns praticados durante o mandato, perante o Supremo Tribunal Federal.
- D) é privativa do Chefe do Poder Executivo a competência para o provimento de cargos em comissão de diretor de escola pública, sendo inconstitucional norma que fixa a eleição como critério para o preenchimento de cargos de diretores de unidade de ensino público.
- E) compete privativamente ao Presidente da República nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores, dos Tribunais Regionais Federais e os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei.

**QUESTÃO 52**

Sobre a organização e funcionamento do Poder Judiciário, é correto afirmar que:

- A) na composição do Superior Tribunal de Justiça 1/3 será formada por desembargadores dos Tribunais de Justiça, excluídos aqueles que chegaram aos tribunais através do quinto constitucional.
- B) nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
- C) um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.
- D) as decisões do Conselho Nacional da Justiça precisam, para produzirem efeitos, ser homologadas pelo Supremo Tribunal Federal.
- E) o Superior Tribunal de Justiça é competente para julgar em recurso especial as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

**QUESTÃO 53**

O Supremo Tribunal Federal, interpretando o regime constitucional dos servidores públicos, entende que:

- A) é razoável a exigência de altura mínima para ingresso na carreira de delegado de polícia, dada a natureza do cargo a ser exercido.
- B) não significa ofensa ao art. 37, I, da Constituição a dispensa pelo Poder Judiciário de exame psicotécnico, mesmo exigido em lei, para a investidura no cargo público.
- C) não ofende a Constituição o provimento em comissão de cargos de Delegado de Polícia ou a designação de servidores para exercer-lhes as funções, quando não existam quadros suficientes na Administração.
- D) é permitida a acumulação de proventos de duas aposentadorias com os vencimentos de cargo público, quando proveniente de aprovação em concurso público antes da EC 20/98.
- E) A fixação de vencimentos dos servidores públicos pode ser objeto de convenção coletiva.

**QUESTÃO 54**

Analise as afirmativas que seguem.

- 1. Compete à polícia federal, à polícia rodoviária federal e à polícia ferroviária federal o exercício das funções de polícia judiciária da União.
- 2. Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de todas as infrações penais.
- 3. Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, bem como da segurança de seus cidadãos, conforme dispuser a lei.
- 4. É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos sobre importação de produtos estrangeiros, sobre exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados, sobre produtos industrializados e sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

Assinale a alternativa correta

- A) Todas as afirmativas estão corretas.
- B) Todas as afirmativas estão incorretas.
- C) Há apenas uma afirmativa correta.
- D) Há duas afirmativas corretas.
- E) Há três afirmativas corretas.

**QUESTÃO 55**

Analise as afirmativas que seguem.

- 1. É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar.
- 2. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- 3. A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.
- 4. Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

Assinale a alternativa correta

- A) Todas as afirmativas estão corretas.
- B) Todas as afirmativas estão incorretas.
- C) Há apenas uma afirmativa correta.
- D) Há duas afirmativas corretas.
- E) Há três afirmativas corretas.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**QUESTÃO 56**

Suponha que Prefeito de determinado Município, pressionado pelas entidades ambientalistas, editou decreto para, disciplinando a ocupação desordenada do solo urbano, proibir construções de alvenaria na avenida que ficava à beira-mar, revogando as licenças de construção anteriormente concedidas. O ato administrativo em questão:

- A) é legal porque compete ao Prefeito do Município adotar as medidas que sejam necessárias ao atendimento do interesse público que, no caso específico, restou violado pela ocupação desordenada da rua de acesso às praias, bens de uso comum do povo.
- B) é legal porque as licenças de construção podem ser revogadas se forem contrárias ao interesse público.
- C) é ilegal porque o decreto em questão exorbitou o exercício do poder regulamentar e as licenças de construção, como atos vinculados, não comportavam revogação.
- D) é ilegal apenas na parte em que foram revogadas as licenças de construção anteriormente concedidas aos proprietários, nada impedindo que o Prefeito limite as construções a serem realizadas no seu Município.
- E) é legal porque, inexistindo lei para regulamentar a matéria, a omissão do Prefeito importaria em perecimento do interesse público se não expedido o decreto.

**QUESTÃO 57**

Os serviços sociais autônomos:

- A) são pessoas jurídicas de direito privado, criados por lei para executar atividades típicas da Administração Pública que exijam, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizadas.
- B) incluem as pessoas jurídicas de direito privado qualificadas como organizações da sociedade civil que prestam atividades públicas de natureza social e, para isso, firmam parceria com o Poder Público.
- C) são pessoas jurídicas de direito privado, cuja criação depende de lei autorizadora, prestadoras de serviços de utilidade pública e financiadas por contribuições parafiscais.
- D) incluem as pessoas jurídicas de direito privado qualificadas como organizações sociais, as quais, por disposição estatutária, prestam serviços de natureza social e, para isso, firmam contrato de gestão com o Poder Público.
- E) são associações públicas, dotadas de personalidade jurídica de direito público que, por desempenharem atividades de interesse do Estado, de natureza social, recebem subsídios do Poder Público.

**QUESTÃO 58**

A propósito dos servidores públicos do Estado de Pernambuco que, à época da promulgação da Constituição de 1988, encontravam-se em exercício há mais de cinco anos, não tendo sido, entretanto, admitidos por concurso público, é correto afirmar que:

- A) deveriam ter sido automaticamente exonerados do serviço público porque, nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição Federal, salvo os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e livre exoneração, o provimento de cargos públicos depende de prévia aprovação em concurso público.
- B) não poderiam ter sido exonerados do serviço público porque foram considerados estáveis, com direito adquirido à efetivação nos cargos que ocupavam.
- C) deveriam permanecer em seus cargos, submetendo-se ao mesmo regime jurídico dos servidores que ingressaram após à promulgação da Constituição Federal de 1988, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia.
- D) não poderiam ter sido exonerados do serviço público porque foram considerados estáveis, embora a efetivação dependesse de concurso público, nos termos da lei.
- E) deveriam ter sido automaticamente exonerados do serviço público apenas os servidores detentores de cargo de provimento efetivo, permanecendo os titulares de cargo em comissão porque em relação a estes últimos não se aplica a regra do concurso público.

**QUESTÃO 59**

O regime próprio de previdência dos servidores públicos estatutários:

- A) apresenta caráter contributivo, mas não solidário.
- B) pressupõe, no caso de aposentadoria voluntária, que o servidor, além de outros requisitos, tenha cumprido tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no serviço público.
- C) impõe, independente da data de ingresso no serviço público, a paridade entre ativos e inativos, com a revisão dos proventos com os mesmos índices ou na mesma ocasião em que é revista a remuneração dos servidores em atividade.
- D) é incompatível com a aplicação, ainda que mitigada, dos requisitos e critérios fixados para o regime geral da previdência social, destinado aos regidos pela CLT.
- E) veda a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria, ressalvados, nos termos a serem definidos em leis complementares, os casos de servidores portadores de deficiência, dos que exerçam atividades de risco e daqueles cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

**QUESTÃO 60**

Servidor público respondeu a processo administrativo disciplinar, no qual lhe foi assegurada ampla defesa. Ao final, configurou-se a prática de falta grave, propondo a Comissão Processante a aplicação da penalidade de demissão. Em curso ação penal em que o servidor foi denunciado pelo mesmo fato que ensejou a sua demissão, pretende este ingressar em juízo, postulando suspender a prática do ato de sua demissão. Diante do exposto, é correto afirmar que:

- A) assiste razão ao servidor, uma vez que o mesmo fato que ensejou a sua demissão constitui, em tese, infração penal e somente o Juízo Criminal pode decidir se houve ou não o crime, submetendo-se a instância administrativa, em qualquer hipótese, à decisão a ser proferida pelo Poder Judiciário.
- B) assiste razão ao servidor diante do princípio assegurado pelo art. 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, segundo o qual “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória”.
- C) se consumada a demissão do servidor, o Poder Público deve abster-se de prover o cargo vago, aguardando o desfecho da ação penal, uma vez que, se absolvido o servidor, deverá o mesmo ser reintegrado ao serviço público.
- D) o Poder Público não estará obrigado a aguardar o desfecho da ação penal, podendo demitir o servidor público porque são independentes as responsabilidades penal e administrativa e, apenas em limitadas hipóteses, a decisão proferida pelo Juízo Criminal repercutirá no âmbito administrativo.
- E) deve o Poder Público suspender provisoriamente qualquer medida punitiva contra o servidor, a fim de evitar a condenação nos vencimentos atrasados, caso seja o mesmo absolvido no Juízo Criminal e a sentença absolutória transitar em julgado.

**QUESTÃO 61**

A respeito do edital de licitação, é correto afirmar que:

- A) qualquer cidadão tem legitimidade para impugnar edital de licitação, sob o fundamento de irregularidade na aplicação da lei das licitações.
- B) na modalidade de concorrência, o licitante que desejar impugnar o edital deverá fazê-lo até o terceiro dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação.
- C) a Administração pode, em caráter excepcional, descumprir normas e condições do edital, diante da supremacia do interesse público sobre o interesse privado.
- D) a impugnação do edital, feita por aquele que tem interesse em participar da licitação, o impede de participar das fases subsequentes da licitação, se julgada improcedente.
- E) toda modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, com a obrigação de reabrir-se o prazo inicialmente estabelecido.

**QUESTÃO 62**

A Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, instituiu modalidade de licitação denominada pregão, que apresenta diferenças em relação à concorrência, à tomada de preços e ao convite, garantindo ao Poder Público contratação mais célere. Sobre o pregão, é correto afirmar que:

- A) é modalidade de licitação que independe do valor estimado da contratação, podendo ser aplicada a contratações de grande vulto e ser realizada sob o tipo melhor técnica ou técnica e preço, desde que devidamente justificada tal escolha.
- B) é modalidade de licitação exclusivamente utilizada para aquisição de bens e serviços comuns.
- C) diante da celeridade do seu processamento, os prazos para recorrer da habilitação e do julgamento são os mesmos previstos para a modalidade do convite.
- D) admite-se a conjugação de propostas escritas e lances verbais, facultando-se a todos os licitantes a participação no oferecimento de lances verbais e sucessivos.
- E) declarado o vencedor do pregão, qualquer licitante pode manifestar interesse em recorrer, mas a falta de manifestação imediata e motivada não importa a decadência do direito de recurso.

**QUESTÃO 63**

Na concessão de serviços públicos:

- A) a empresa concessionária que tomar a iniciativa da rescisão judicial do contrato, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, não pode, por força da Lei nº. 8.987/95, interromper ou paralisar os serviços prestados, até a decisão judicial transitada em julgado.
- B) a encampação implica a retomada do serviço público pelo poder concedente quando a concessionária presta o serviço de forma inadequada ou deficiente, dispensada a edição de lei autorizativa específica.
- C) para a instauração do processo administrativo de inadimplência dispensa-se, em caso de inadimplemento contratual da concessionária, que esta seja previamente comunicada dos descumprimentos contratuais praticados, uma vez que, no curso do processo administrativo disciplinar, poderá exercer ampla defesa.
- D) ainda que haja autorização expressa do poder concedente, não é permitida a subconcessão de serviços públicos, sob pena de se burlar a licitação, afrontando-se o princípio da competitividade que impera nas licitações públicas.
- E) na fixação das tarifas a serem cobradas dos usuários, não é possível a fixação de tarifas diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

**QUESTÃO 64**

Sobre a desistência da desapropriação, é correto afirmar que:

- A) ajuizada a ação de desapropriação, não é mais possível a desistência, uma vez que, diante da utilidade pública ou do interesse social declarados, presume-se que o Poder Público necessita do bem, objeto da desapropriação.
- B) cessados os motivos que ensejaram o processo expropriatório, é possível desistir da desapropriação, inclusive no curso da ação judicial, desde que não tenha se consumado o pagamento integral da indenização.
- C) a desistência da desapropriação não implica a devolução do bem ao proprietário porque o poder público pode utilizá-lo para outra finalidade que não a prevista no decreto que o declarou de utilidade pública ou interesse social para fins de desapropriação.
- D) sendo a desistência da desapropriação ato administrativo de natureza excepcional, não está sujeita aos requisitos de validade estabelecidos para os demais atos administrativos.
- E) diante da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, a desistência da desapropriação não é possível se já imitado o Poder Público no bem.

**QUESTÃO 65**

O tombamento de bem particular:

- A) implica a transferência do bem para o domínio da entidade pública, responsável pelo tombamento;
- B) sempre gera direito à indenização porque, com as restrições decorrentes da necessidade da preservação do bem, o seu proprietário não poderá usar e gozar da coisa tombada;
- C) incidente sobre bem imóvel, importará em sujeições dirigidas também aos vizinhos do bem tombado a despeito de estes não possuírem bem com valor a ser preservado;
- D) não pode incidir sobre bens públicos porque estes, por integrarem o patrimônio público, já geram para o ente público titular a obrigação de preservá-los;
- E) de acordo com o Decreto-Lei nº. 25/37, se o bem for objeto de alienação onerosa, a venda não poderá se realizar, sob pena de nulidade, se o bem não for oferecido, previamente e em primeiro lugar, ao Município onde o mesmo se localize, titular do direito de preferência na sua aquisição.

**QUESTÃO 66**

A imprescritibilidade dos bens públicos significa que:

- A) os bens públicos não podem ser dados em garantia.
- B) os bens públicos não podem ser alienados.
- C) os bens públicos, quaisquer que sejam, não podem ser objeto de usucapião.
- D) não há prazo para a utilização dos bens públicos.
- E) a ação reivindicatória que incida sobre bem público é imprescritível.

**QUESTÃO 67**

O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, apreciando contas do Prefeito X no exercício de 2003, emitiu parecer prévio pela rejeição das contas, diante das ilegalidades identificadas. O parecer prévio deixou de prevalecer, por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal e, nos termos do art. 86, § 2º, da Constituição do Estado de Pernambuco, as contas restaram aprovadas. Entretanto, o Prefeito, na qualidade de ordenador de despesa, foi condenado, pela Corte de Contas, a ressarcir ao erário municipal prejuízo decorrente de irregularidade na aplicação das receitas públicas, referente ao mesmo exercício. Da análise do caso, conclui-se que:

- A) a atuação da Corte de Contas é legal, uma vez que, de acordo com a Constituição Estadual, cabe ao Tribunal de Contas o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta, não se confundindo a imputação de débito ao Prefeito, como ordenador de despesa, com o oferecimento de parecer prévio, de natureza não vinculante, na análise das contas da Prefeitura;
- B) a atuação da Corte de Contas é ilegal, uma vez que, de acordo com a Constituição Estadual, cabe ao Poder Legislativo Municipal o julgamento das contas dos Prefeitos Municipais, significando a imputação de débito ao Prefeito que teve suas contas aprovadas interferência indevida do órgão de controle na autonomia do Poder Legislativo;
- C) a atuação da Corte de Contas é legal, desde que, através de decreto legislativo, a Câmara Municipal autorize o processamento do Prefeito;
- D) a atuação da Corte de Contas é legal, respondendo o Município pelo pagamento do débito imputado pelo órgão de controle, uma vez que o Prefeito do Município atuou em nome da entidade pública;
- E) a atuação da Corte de Contas é ilegal porque é soberana a decisão proferida pela Câmara Municipal, derrubando o parecer prévio que recomendava a rejeição das contas do Prefeito.

**QUESTÃO 68**

O regime jurídico dos contratos administrativos confere ao poder público a prerrogativa de alterar o contrato, ficando o contratado obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. Quanto aos acréscimos e supressões:

- A) estes dependem de acordo de vontades entre o poder público e o contratado, sob pena de se afrontar a autonomia da vontade, princípio aplicável, subsidiariamente, à teoria dos contratos administrativos.
- B) os acréscimos e supressões não importam na modificação dos prazos de início e de conclusão do contrato, mantendo o contratado a sua obrigação ainda que as quantidades inicialmente previstas sejam aumentadas.
- C) no caso particular de reforma de edifício ou equipamento, o limite para os acréscimos e supressões é de 50% (cinquenta por cento).
- D) nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento), salvo nos casos de supressão resultante de acordo celebrado entre os contratantes.
- E) o limite de 25% (vinte e cinco por cento), para acréscimos e supressões, não admite ressalva, sob pena de se burlar a licitação pública, já que os licitantes disputaram o certame sem a ciência de que poderiam ser beneficiados com o acréscimo do valor inicial atualizado do contrato.

**QUESTÃO 69**

No controle judicial dos atos administrativos:

- A) cabe ao Poder Judiciário apreciar a realidade e a legitimidade dos motivos que ensejaram a prática de ato discricionário da Administração.
- B) a atuação do Poder Judiciário é plena e ilimitada, uma vez que, de acordo com a própria Constituição Federal, nenhuma lesão ou ameaça a direito pode ser excluída da apreciação judicial.
- C) o Poder Judiciário apenas pode apreciar os atos vinculados, já que o controle dos atos discricionários importaria, necessariamente, na apreciação da conveniência e da oportunidade da conduta administrativa.
- D) não é possível ao Poder Judiciário apreciar a legalidade de ato administrativo que revogou outro ato administrativo porque a revogação é exclusiva da Administração Pública e imune ao controle jurisdicional.
- E) a análise dos pressupostos de fato que fundamentam a edição do ato administrativo não pode ser efetuada pelo Poder Judiciário em sede de controle dos atos administrativos.

**QUESTÃO 70**

Determinado indivíduo, preso e condenado, foi assassinado por seus colegas de cela, em penitenciária do Estado de Pernambuco. A mãe da vítima, consternada, pretende ingressar em juízo com ação de indenização por danos materiais e morais. A propósito, é correto afirmar que, em princípio:

- A) a ação deve ser julgada improcedente porque, na hipótese sob exame, a morte do preso foi provocada por seu colega de cela, não existindo o nexo de causalidade entre qualquer ação ou omissão do Estado e o evento danoso;
- B) a petição inicial deve ser indeferida por ausência de uma das condições da ação, no caso, a legitimidade do Estado de Pernambuco para figurar no pólo passivo da relação processual, devendo a ação ser promovida exclusivamente em face do presidiário, responsável pelo assassinato;
- C) a ação deve ser julgada improcedente porque, em se tratando de pessoas encarceradas, é natural que aconteçam desavenças e disputas internas, não competindo ao poder público responder por atos causados por quem não é agente público;
- D) o pedido deve ser julgado procedente em relação aos danos materiais, em face da responsabilidade objetiva do Estado, e improcedente quanto aos danos morais já que as pessoas jurídicas de direito público não respondem por danos morais;
- E) a ação deve ser julgada procedente, diante do entendimento, firmado pela doutrina e jurisprudência, de que o Estado tem o dever de manter a integridade física de seus presos, respondendo pelo risco desta atividade.

**DIREITO PENAL**

**QUESTÃO 71**

No Direito Penal Brasileiro, segundo a doutrina majoritária, a aplicação da analogia:

- A) é o mesmo que interpretação analógica.
- B) é possível, quando baseada no princípio da equidade.
- C) não é possível devido ao princípio da legalidade.
- D) é possível e necessária para preencher as lacunas da lei.
- E) é impossível em toda e qualquer circunstância.

**QUESTÃO 72**

Antônio, pensando que José é funcionário público de secretaria de vara judicial, pede para que o mesmo “corra” com seu processo, e para tanto promete em troca vantagem indevida. Ocorre que José não é funcionário público.

Assinale a alternativa correta:

- A) Antônio cometeu crime de concussão
- B) Antônio cometeu crime de prevaricação
- C) Antônio cometeu crime de corrupção passiva
- D) Antônio cometeu crime de corrupção ativa
- E) O erro de tipo excluiu o crime de corrupção ativa



**QUESTÃO 73**

A desistência voluntária só ocorre:

- A) na tentativa imperfeita.
- B) nos crimes falhos.
- C) na tentativa perfeita.
- D) nos crimes formais.
- E) nos crimes materiais.

**QUESTÃO 74**

Quanto à tentativa, assinale a alternativa correta:

- A) sua caracterização só se perfaz após a conclusão do *iter criminis*.
- B) só pode ocorrer durante os atos preparatórios.
- C) não há tentativa nos crimes de consumação antecipada.
- D) a interrupção dos atos executórios antes da consumação do resultado caracteriza a desistência voluntária.
- E) só há tentativa em crimes materiais.

**QUESTÃO 75**

Com relação à Lei de Tortura (lei 9455/97), assinale a alternativa correta:

- A) O condenado a pena de detenção cumprirá sua pena em regime integralmente fechado, por ser lei equiparada a crime hediondo.
- B) Como lei equiparada a crime hediondo que é, recebe todas as suas consequências.
- C) O regime prisional do condenado será o inicialmente fechado.
- D) O crime de tortura só pode ser cometido por funcionário público no exercício da função, logo é crime formal.
- E) Não é considerado tortura, constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental em razão de discriminação racial ou religiosa.

**QUESTÃO 76**

Sobre concurso de pessoas, é correto afirmar:

- A) Os partícipes responderão por crimes diferentes dos crimes dos autores, de acordo com a teoria monista adotada pelo nosso Código Penal.
- B) Para a configuração do concurso, é indispensável o nexo de continuidade delitiva.
- C) O Direito Penal Brasileiro adotou a teoria monista na íntegra para basear seu concurso de agentes.
- D) Ocorre o concurso de agentes tanto nos delitos culposos quanto nos dolosos.
- E) Jorge – autor intelectual de crime executado por Mago – responde enquanto partícipe (pena menor do que a do autor). Só Mago responde enquanto autor do delito.

**QUESTÃO 77**

Com relação a culpa inconsciente, assinale a alternativa correta.

- A) O agente prevê o resultado, mas espera sinceramente que o mesmo não venha a ocorrer.
- B) O agente não prevê o resultado, apesar de ser o mesmo previsível.
- C) O agente não prevê o resultado, pois o mesmo era imprevisível.
- D) O agente prevê o resultado e assume o risco de o mesmo ocorrer.
- E) O agente prevê e deseja o resultado.

**QUESTÃO 78**

O Código Penal adotou que teoria para basear a culpabilidade?

- A) Teoria normativa pura da culpabilidade.
- B) Teoria extremada da culpabilidade.
- C) Teoria da graduabilidade da culpabilidade.
- D) Teoria limitada da culpabilidade.
- E) Teoria psicológico-normativa da culpabilidade.

**QUESTÃO 79**

Sobre os crimes contra a vida, assinale a alternativa correta.

- A) Genitora que mata seu filho em estado puerperal comete crime de infanticídio.
- B) João atropela seu filho por encontrar-se dirigindo em excesso de velocidade. Devido às lesões, a criança falece. João incidiu em homicídio privilegiado.
- C) Só gestantes podem ser autoras do crime de aborto.
- D) Suicídio é crime hediondo.
- E) Homicídio privilegiado não pode receber qualificadora objetiva.

**QUESTÃO 80**

Joca, desgostoso com José, dirige-se até a residência deste. Lá chegando, Joca descarrega todos os projéteis de sua arma de fogo nas costas de José, que estava deitado de bruços. Ocorre que José já estava morto há horas, por força de morte natural – infarto fulminante. Joca incorreu em crime de:

- A) vilipêndio de cadáver.
- B) crime impossível, pois Joca já estava morto.
- C) homicídio, pois o que conta é o dolo.
- D) tentativa de homicídio.
- E) lesão corporal gravíssima.

**QUESTÃO 81**

Com relação ao instituto da tentativa, que crimes admitem sua forma tentada?

- A) Os crimes culposos.
- B) Os crimes cometidos com o obrigatório concurso de pessoas.
- C) Os crimes materiais.
- D) Os crimes qualificados pelo resultado.
- E) Os crimes unissubsistentes.

**QUESTÃO 82**

Conceitua-se:

- A) culpa inconsciente pela previsão do resultado.
- B) culpa consciente pela previsibilidade aliada a previsão do resultado.
- C) dolo eventual pela previsibilidade aliada do resultado aliada a uma ação dirigida a um fim.
- D) dolo direto pela previsibilidade do resultado aliada a assunção do risco da sua ocorrência.
- E) dolo alternativo pela previsão do resultado aliada a sua vontade livre e dirigida a um fim.

**QUESTÃO 83**

Com relação aos crimes praticados por funcionários públicos contra a administração em geral, assinale a alternativa correta.

- A) O peculato-apropriação e o peculato-desvio são crimes de mão-própria porque só podem ser praticados por funcionários públicos.
- B) O peculato-estelionato é o peculato mediante erro de outrem e se caracteriza pela fraude.
- C) A concussão ocorre quando o funcionário público, apenas no exercício da função, exige vantagem indevida de particular.
- D) A condescendência criminosa ocorre quando o funcionário público facilita a fuga de preso.
- E) Uma das formas de prevaricação ocorre quando o funcionário público deixa de punir erro de seu subordinado.

**QUESTÃO 84**

Alice segura seu bebê de 2 meses em seu colo. Pelas suas costas e sem que Alice perceba, Carlos se aproxima e dá um susto nela, que, em movimento de ato reflexo, grita e levanta os braços, deixando seu bebê cair, e conseqüentemente falecer. Aplicando o raciocínio que Carlos nunca soube da gravidez de Alice, ou seja, havia ausência absoluta de possibilidade de previsão da gravidez de Alice por parte de Carlos, e que não viu que a mesma carregava uma criança – ou seja, também havia ausência absoluta de possibilidade de visão de que Alice carregava uma criança.

Assinale a alternativa correta.

- A) Carlos responderá por homicídio doloso e Alice por homicídio culposo.
- B) Carlos responderá por homicídio doloso na sua forma direta, enquanto Alice responderá por homicídio doloso na sua forma eventual.
- C) somente Carlos responderá, e será por homicídio doloso.
- D) ambos serão absolvidos. Alice, porque terá sua ação excluída pelo ato reflexo, e Carlos, pela total ausência de previsibilidade que excluirá o elemento subjetivo do tipo (neste caso - culpa), que excluirá o próprio tipo.
- E) somente Carlos responderá, e será por homicídio culposo.

**QUESTÃO 85**

Marta, embevecida pela beleza de Tácio, consegue atraí-lo até sua residência com falsas promessas de um delicioso jantar. Iludido, Tácio cai na emboscada. Então, Marta, armada, ordena que o objeto de seu desejo (Tácio) se dispa e mantenha com a mesma cópula vagínica. Assim, Tácio foi vítima de crime de:

- A) assédio sexual.
- B) ato libidinoso diverso da conjunção carnal.
- C) atuação não-típica.
- D) estupro.
- E) constrangimento ilegal.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**QUESTÃO 86**

Publicada uma lei em 14 de setembro do corrente ano (2006), que modificou a legitimidade para a ação penal no crime de estelionato, passando de pública para privada ou condicionada a representação, a sua aplicação se dará:

- A) por ser norma mista sua aplicação é imediata tão só quanto aos processos que não foram iniciados.
- B) em razão do princípio da aplicação imediata da norma processual aplicar-se-á aos processos que ainda não foram julgados pelo juiz de 1ª instância.
- C) ante o princípio da aplicação imediata da norma processual não se aplicará aos processos que tiveram decisão favorecendo o acusado.
- D) não se aplicará a processos pendentes de julgamento pelos Tribunais de Justiça, por já ter havido julgamento pelo juiz de 1ª instância.
- E) por se tratar de norma mista, penal e processual, desde que favorável ao acusado, ela se aplicará a todos os processos que ainda não transitaram em julgado.

**QUESTÃO 87**

Um Delegado de Polícia, tomando conhecimento de que uma menor está sendo mantida em cárcere privado, e que é a mãe que a mantém neste estado, deverá:

- A) dirigir-se ao local, entrar na casa e prender a mãe em flagrante delito, ainda que a menor não mais esteja presa.
- B) dirigir-se ao local e ante a ausência de quem atenda a porta, arrombá-la retirar a menor e diligenciar quanto ao paradeiro da mãe, prendendo-a vários dias depois mesmo não tendo havido perseguição.
- C) havendo notícias do seu paradeiro e encontrando-a dias depois, lavrar o flagrante .
- D) apresentando-se a mãe, livremente, lavrar o flagrante.
- E) dirigir-se ao local e encontrando a menor presa, sem notícias do paradeiro da mãe, requerer sua prisão temporária.

**QUESTÃO 88**

Algumas pessoas comunicam ao Delegado que Jodilson as chamou de negras safadas, acrescentando ser esta uma qualidade dos seres inferiores como são os negros, em geral. Deverá o Delegado:

- A) Iniciar Inquérito Policial lavrando portaria e ouvindo as vítimas.
- B) Fazer TCO e encaminhá-lo ao Juizado Especial Criminal.
- C) Representar ao juiz, requerendo prisão temporária.
- D) Representar ao juízo competente para que decrete prisão preventiva.
- E) Lavrar a queixa e enviar a peça ao Juízo Comum para as providências.

**QUESTÃO 89**

Um cidadão é preso, horas depois de haver jogado gasolina no veículo de outro, e causado prejuízo. Lavrado o flagrante e feitas as comunicações o Inquérito Policial continua, mantendo-se a prisão. Sobre essa prisão é **correto** afirmar que:

- A) é ilegal porque decorreu largo espaço de tempo entre o crime e a prisão.
- B) é ilegal porque o crime é afiançável e o Delegado podia conceder a fiança por ser a pena de detenção.
- C) é ilegal porque o crime é de ação privada e não fora a vítima à Delegacia prestar queixa.
- D) é ilegal porque o crime é de competência do Juizado Especial Criminal.
- E) essa prisão é legal porque poderia o Delegado arbitrar ou não a fiança.

**QUESTÃO 90**

João e Maria, em comum acordo, assassinam José na cidade de Rio Formoso. Manuel assistia a tudo e foi descoberto por Maria que avisou a João. Amarraram e amordaçaram Manuel e o trouxeram, juntamente com o cadáver, para a cidade de Palmares, onde enterraram o cadáver e cortaram a língua de Manuel. Considerando-se as regras de competência é **correto** afirmar que:

- A) João e Maria serão julgados onde enterraram o cadáver e feriram Manuel por ter havido aí dois crimes.
- B) competente, pelo critério de prevenção, é o juízo da Comarca que primeiro tomar conhecimento do fato.
- C) competente para o crime é o juízo da cidade de Rio Formoso onde ocorreu o homicídio.
- D) os crimes serão julgados onde ocorreram, o homicídio em Rio Formoso e a ocultação de cadáver e lesão grave em Palmares.
- E) tornar-se-á prevento o juiz do local em que foram presos em flagrante delito.

**QUESTÃO 91**

Acerca da prova no processo penal é **correto** afirmar que:

- A) a prova pericial é a mais importante prova, pois o juiz é obrigado a valorar o laudo pericial.
- B) a prova testemunhal tem a característica única de estar vinculada à história do antes, durante e depois, logo é a mais importante.
- C) a confissão, desde que livremente feita, é a prova essencial do processo.
- D) todas as provas têm valor relativo, valendo pela coerência que guardem entre si.
- E) conforme seja o crime a prova essencial é a feita através de documentos.

**QUESTÃO 92**

A respeito das provas do Inquérito Policial, é correto afirmar que:

- A) a confissão obtida livremente, no IP é valorada pelo juiz julgador do processo.
- B) é desnecessária a repetição da prova testemunhal em juízo sendo suficiente a ratificação do testemunho feito na Delegacia.
- C) a prova pericial é a única prova que tem seu contraditório postergado, logo é válida para valoração no julgamento feito pelo juiz do processo.
- D) a confissão obtida através de tortura é prova ilícita que não macula o julgamento se no convencimento, exposto na motivação, ela não foi analisada.
- E) a confissão, bem como a prova testemunhal suprem a prova pericial.

**QUESTÃO 93**

A liberdade provisória tem respaldo no princípio constitucional:

- A) do *in dubio pro reo*, que vigora no CPP.
- B) da legalidade, expresso no direito do estado de prender.
- C) da presunção de inocência.
- D) da plenitude de defesa, realizado de forma plena com a liberdade.
- E) de que a prisão cautelar é exceção, exigindo o *fumus boni iure* e o *periculum in mora*, fundados em provas reais.

**QUESTÃO 94**

Acerca das nulidades processuais é correta a afirmação de que:

- A) não é admissível a convalidação dos atos nulos.
- B) nenhuma nulidade será declarada sem a existência do prejuízo.
- C) a nulidade da representação não pode ser sanada.
- D) a sentença desmotivada não pode ser anulada quando absolver o acusado.
- E) a nulidade da citação não atinge os atos posteriores.

**QUESTÃO 95**

Assinale a alternativa correta:

- A) O Inquérito Policial pode ser iniciado por portaria, prisão em flagrante, requisição, queixa ou representação.
- B) O Inquérito Policial só pode ser iniciado por prisão em flagrante e portaria.
- C) O Inquérito Policial só pode ser iniciado, nos crimes de ação privada, por queixa.
- D) O Inquérito Policial nos crimes de ação condicionada pode ser iniciado de ofício, mediante portaria.
- E) O Inquérito Policial não pode ser iniciado por requisição do juiz ou promotor de justiça.

**QUESTÃO 96**

São princípios constitucionais orientadores do Ministério Público:

- A) impessoalidade, indisponibilidade, indivisibilidade.
- B) unidade e indivisibilidade, e independência.
- C) irrecusabilidade, independência e substituição.
- D) devolução, substituição e unidade.
- E) independência funcional, indivisibilidade e unidade.

**QUESTÃO 97**

Pode-se entender o seqüestro:

- A) como medida cautelar que pode ser decretada para retirar do indiciado o produto do crime.
- B) como a detenção de bem imóvel ou móvel adquiridos com os proventos da infração.
- C) medida cautelar que não pode ser requerida pelas partes.
- D) medida cautelar que não pode ser embargada pelo acusado.
- E) medida que não pode ser decretada senão de ofício, pelo juiz.

**QUESTÃO 98**

O *Habeas Corpus* (HC) e o Mandado de Segurança (MS) possuem em comum:

- A) ambos são recursos.
- B) ambos assumem a natureza de ação mandamental.
- C) ambos podem ser interpostos por qualquer pessoa.
- D) ambos substituem qualquer recurso.
- E) o MS protege direito líquido e certo não protegido pelo HC.

**QUESTÃO 99**

Sobre a interceptação telefônica, é correto afirmar que:

- A) é um meio de prova que pode ser emprestada.
- B) trata-se de medida cautelar, coativa real.
- C) é admissível nas CPIs.
- D) pode ser realizada em qualquer tipo penal.
- E) o Delegado pode realizar a interceptação independente de autorização judicial.

**QUESTÃO 100**

A prova ilícita é vedada pela Constituição Federal, no entanto existe copiosa jurisprudência aceitando-a com base no princípio da razoabilidade. Assinale a alternativa que apresenta a circunstância em que ela é permitida.

- A) Quando inexistente qualquer outra prova.
- B) Quando em defesa de terceiro.
- C) Quando desfavorável ao acusado.
- D) Quando impossível sua aquisição licitamente.
- E) Quando apresentada pela vítima de extorsão.